

Ciências Sociais e Direito 2

Renata Luciane Polsaque Young Blood
(Organizadora)



Renata Luciane Polsaque Young Blood
(Organizadora)

Ciências Sociais e Direito 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © da Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

C569 Ciências sociais e direito 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Renata Luciane Polsaque Young Blood. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Ciências Sociais e Direito; v. 2)

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7247-263-0
DOI 10.22533/at.ed.630191604

1. Ciência sociais. 2. Direito. 3. Sociologia. I. Blood, Renata Luciane Polsaque Young.

CDD 307

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

As Ciências Sociais reúnem campos de conhecimento com foco nos aspectos sociais das diversas realidades humanas. Entre eles pode-se citar o Direito, a Economia, a Administração e o Serviço Social. A partir da abordagem transdisciplinar destes conhecimentos, é possível estimular uma nova compreensão da realidade por meio da articulação de elementos que perpassam entre, além e através de temas comuns, numa busca de compreensão de fenômenos complexos, como as necessidades da sociedade e o viver em sociedade.

A Coletânea Nacional “Ciências Sociais e Direito” é um *e-book* composto por 21 artigos científicos que abordam assuntos atuais com a perspectiva transdisciplinar, como: as relações de trabalho sob a perspectiva constitucional de igualdade e proteção contra o assédio moral, os novos caminhos do direito processual penal para a execução da pena e o impacto dos precedentes judiciais e a sua evolução histórica no Brasil, entre outros.

Mediante a importância, necessidade de atualização e de acesso a informações de qualidade, os artigos elencados neste *e-book* contribuirão efetivamente para disseminação do conhecimento a respeito das diversas áreas das Ciências Sociais e do Direito, proporcionando uma visão ampla sobre estas áreas de conhecimento.

Desejo a todos uma excelente leitura!

Prof. Ms. Renata Luciane Polsaque Young Blood

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A IMPORTÂNCIA DA MONITORIA PARA OS INTERESSADOS NA DOCÊNCIA	
Ingrid Pita de Castro Barbosa	
Rafael Azevedo de Amorim	
Nelson Ricardo Gesteira Monteiro Filho	
Anderson Pereira de Araújo	
Ana Beatriz Lima Pimentel	
DOI 10.22533/at.ed.6301916041	
CAPÍTULO 2	6
MONITORIA ACADEMICA: DESAFIOS E SOLUÇÕES EM UM CASO PRÁTICO	
Ana Patrícia Holanda de Lima (ID)	
DOI 10.22533/at.ed.6301916042	
CAPÍTULO 3	11
DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE: CAMINHOS PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA O JOVEM	
Francilda Alcantara Mendes	
Polliana de Luna Nunes Barreto	
Francisca Vilândia de Alencar	
DOI 10.22533/at.ed.6301916043	
CAPÍTULO 4	20
EDUCAÇÃO INCLUSIVA: EVOLUÇÃO HISTÓRICA E DESAFIOS ATUAIS	
Erisangela Nunes Hohenfeld Santos	
Teresa Cristina Ferreira De Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.6301916044	
CAPÍTULO 5	33
LINGUAGEM HERMÉTICA, DISCURSO JURÍDICO E BARREIRAS DE ACESSO À JUSTIÇA	
Tauã Lima Verdán Rangel	
DOI 10.22533/at.ed.6301916045	
CAPÍTULO 6	43
MONTEIRO LOBATO: um diálogo entre a literatura e o Direito a partir da obra O presidente negro	
Luiz Carlos de Sá Campos	
DOI 10.22533/at.ed.6301916046	
CAPÍTULO 7	56
A PRIVACIDADE NO MUNDO VIRTUAL E O DIREITO	
Augusto Ramon Simão Maia	
Wagneriana Lima Temóteo Camurça	
DOI 10.22533/at.ed.6301916047	
CAPÍTULO 8	75
BLOQUEIO DO WHATSAPP NO BRASIL COMO QUESTÃO DE DIREITO INTERNACIONAL	
Ana Abigail Costa Vasconcelos Alves	
Marcus Vinicius Martins Brito	
DOI 10.22533/at.ed.6301916048	

CAPÍTULO 9	85
ANÁLISE SOBRE A COMPETÊNCIA DO COMBATE AO BULLYING, CYBERBULLYING E CYBERSTALKING PELOS PODERES CAPIXABAS – PODER LEGISLATIVO	
Sátina Priscila Marcondes Pimenta Frederico Jacob Eutrópio Fabiana Campos Franco	
DOI 10.22533/at.ed.6301916049	
CAPÍTULO 10	91
O DIREITO FUNDAMENTAL À PRIVACIDADE E A NECESSIDADE DE CONSENTIMENTO COMO MECANISMO DE PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS DISPOSTOS NA INTERNET	
Thaís e Silva Albani	
DOI 10.22533/at.ed.63019160410	
CAPÍTULO 11	108
A LEI DE REGISTROS PÚBLICOS E SUA INADEQUAÇÃO A QUESTÃO DE INCONGRUÊNCIA DE GÊNERO PERCEBIDA PELOS TRANSEXUAIS: POSSIBILIDADES E DESAFIOS PARA ADEQUAÇÃO À REALIDADE DA PERCEÇÃO DE GÊNERO A IDENTIDADE CIVIL	
Fabiola de Oliveira da Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.63019160411	
CAPÍTULO 12	121
ANÁLISE DO PORTE DE ARMA DE FOGO PARA CAÇADOR DE SUBSISTÊNCIA: Estatuto do Desarmamento <i>versus</i> PL Nº 3.722/2012	
Marcos José Fernandes de Freitas José Bruno Rodrigues Jales	
DOI 10.22533/at.ed.63019160412	
CAPÍTULO 13	134
PODE CASAR? ANÁLISE LEGISLATIVA DO CASAMENTO HOMOAFETIVO NO BRASIL	
Pedro Citó de Souza Lucas de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.63019160413	
CAPÍTULO 14	144
DIREITO A MELHOR IDADE: IDOSOS AGUARITADOS NO LAR MENINO JESUS DE SOLÂNEA - PB E A TRANSGRESSÃO DO DIREITO À CIDADANIA, CONVIVÊNCIA SOCIAL E FAMILIAR	
Edmilson Nunes de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.63019160414	
CAPÍTULO 15	154
FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS ELEITORAIS E OS PROBLEMAS OCASIONADOS PELA INFLUÊNCIA DO PODER ECONÔMICO DE PESSOAS JURÍDICAS	
Antonia Jessica Santiago Mesquita	
DOI 10.22533/at.ed.63019160415	
CAPÍTULO 16	162
A PREMISSA DO PRINCÍPIO DA RESERVA DO POSSÍVEL DIANTE À CONTEXTUALIZAÇÃO DA JUDICIALIZAÇÃO DA GARANTIA FUNDAMENTAL À SAÚDE	
Flávio Ricardo Milani Corrêa	
DOI 10.22533/at.ed.63019160416	

CAPÍTULO 17	178
A PUBLICIDADE DIRECIONADA AO PÚBLICO INFANTIL E A CONSTITUCIONAL PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	
Ana Emília Bressan Garcia	
DOI 10.22533/at.ed.63019160417	
CAPÍTULO 18	192
DIREITO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA, CRISE HÍDRICA E DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA: INTERCONEXÕES EM UM CENÁRIO DE CONCRETIZAÇÃO DE DIREITOS	
Tauã Lima Verdán Rangel	
DOI 10.22533/at.ed.63019160418	
CAPÍTULO 19	208
INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL HETERÓLOGA: UMA PONDERAÇÃO ENTRE DIREITOS FUNDAMENTAIS	
Luiza Radigonda Lopes	
Sofia Pereira Ticianelli	
DOI 10.22533/at.ed.63019160419	
CAPÍTULO 20	213
O PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL COMO UM DIREITO FUNDAMENTAL	
Isabela Conceição Oliveira Pereira	
Ana Carolina Rozendo de São José	
DOI 10.22533/at.ed.63019160420	
CAPÍTULO 21	222
AS TRANSFORMAÇÕES DA INTIMIDADE NA PÓS-MODERNIDADE: UMA ANÁLISE DO SERIADO BLACK MIRROR À LUZ DO DIREITO AO ESQUECIMENTO	
Maynara Costa de Oliveira Silva	
Arthur Gabriel Gusmão	
DOI 10.22533/at.ed.63019160421	
CAPÍTULO 22	236
O CARRINHO E A BONECA: O ALICERCE PARA A (DES) CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE DESIGUAL	
Fabianne da Silva de Sousa	
Marcus Vinícius Delarissa do Amaral	
Laryssa Wolff Diniz	
DOI 10.22533/at.ed.63019160422	
SOBRE A ORGANIZADORA	248

MONITORIA ACADEMICA: DESAFIOS E SOLUÇÕES EM UM CASO PRÁTICO

Ana Patrícia Holanda de Lima
(ID)¹

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo descrever e analisar a Monitoria Acadêmica, a partir da experiência vivenciada no Programa de Monitoria, do Curso de Direito da Universidade de Fortaleza, na disciplina de Sociologia Geral e do Direito do semestre 2016.1. Aborda-se os desafios encontrados durante o desenvolvimento deste programa, frente ao perfil dos discentes participantes, e as soluções propostas e realizadas pelos monitores, afim de contribuir com um aprendizado satisfatório dos estudantes auxiliados e do próprio aluno monitor.

PALAVRAS-CHAVE: monitoria acadêmica, direito, desafios, soluções

INTRODUÇÃO

A monitoria acadêmica permite ao aluno monitor, além de desenvolver habilidades da docência, observar e adequar essas habilidades a partir de uma determinada realidade. Durante a experiência na monitoria da disciplina de Sociologia Geral e do Direito, deparamo-nos com algumas características que permeiam

a maioria dos estudantes participantes dos Grupos de Estudo Dirigido (GED's). Dentre essas características que se mostrou de forma acentuada, está a dificuldade em leituras de textos mais longos e com um nível de maior complexidade. Há uma grande tendência aos métodos “decobras”, bloqueando assim o desenvolvimento de idéias e questionamentos.

Um outro ponto a destacar é a concepção que o aluno tem sobre o Direito, resumindo este a um emaranhado de leis e normas, e julgando desnecessárias disciplinas de cunho filosófico e sociológico. Aspontuações extras assim como os créditos complementares são para alguns alunos a principal motivação de participação nos GED's. O aprendizado neste caso, toma-se secundário, já que o principal fim passa a ser a obtenção de facilidades para a aprovação na disciplina tratada.

Há de se considerar também os aspectos positivos desta experiência, como as soluções desenvolvidas e aplicadas pelos monitores, e o alcance dos objetivos do programa, tendo como aspecto relevante o fato do aluno e o monitor viverem a mesma realidade, ambos sentem as mesmas necessidades, tem uma linguagem próxima o que permite uma maior assimilação da disciplina, através de aulas dinâmicas, participativas, com elucidação de dúvidas. Toda

essa estratégia contribui de forma qualitativa ao conhecimento didático e intelectual do aluno-monitor.

Assim, considerando os pontos citados, discutir-se-á neste artigo os desafios percebidos na monitoria, e as soluções aplicadas e propostas pelos monitores, fundamentando-se em teorias pedagógicas e sociológicas, e na experiência vivenciada no âmbito da monitoria da disciplina de Sociologia Geral e do Direito.

METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho, optou-se pela técnica da análise teórica das práticas didático-pedagógicas realizadas durante o período de um semestre de monitoria voluntária na disciplina de Sociologia Geral e do Direito, do semestre 2016.1, do Curso de Direito da Universidade de Fortaleza. Assim adotar-se-á a pesquisa empírico-social, com abordagem qualitativa, além da realização de pesquisa bibliográfica, com coleta de dados secundários.

CONCEITO E LEGISLAÇÃO

A monitoria acadêmica está prevista na Lei Federal nº9394 de 1996, em seu artigo 84 o qual estabelece que “os discentes da educação superior poderão ser aproveitados em tarefas de ensino e pesquisa pelas respectivas instituições, exercendo funções de monitoria, de acordo com seu rendimento e seu plano de estudos. ”

Com base nesta lei, a Universidade de Fortaleza (UNIFOR), regulamenta através da Portaria FEQ 06/2013, o Programa de Monitoria atendendo a todos os cursos do seu Campus. Segundo esta Portaria é finalidade deste programa contribuir para a formação e participação do aluno nas atividades acadêmicas, como ensino, pesquisa e extensão. Desta forma é uma importante ferramenta na qualificação o ensino de graduação, através da experiência teórico-prática do aluno monitor, além da troca de conhecimentos entre os discentes, o monitor e o docente orientador.

Esta modalidade de ensino, torna-se cada vez mais utilizada nas Instituições de ensino superior, com o desenvolver do pensamento pedagógico crítico progressista.

A partir desta lógica, Candau (1986) define a monitoria como “um procedimento pedagógico, o qual abrange dimensões política, técnica, e humana da prática pedagógica. ”

Para Faria (2003), a monitoria pode ser entendida “como uma atividade de apoio ao estudante no processo de aprendizagem. ”

Schneider (2006), complementa este conceito, considerando que “o trabalho de monitoria é uma atividade formativa de ensino, contribuindo com o desenvolvimento da competência pedagógica e auxiliando os discentes na apreensão e produção de conhecimentos. ”

Ou seja, considerando os vários conceitos e a própria legislação Federal, a

monitoria consiste em uma rede de aprendizado, formado pelo docente, discente e aluno monitor.

DISCUSSÃO E RESULTADOS

Durante os Grupos de Estudo Dirigido (GED's), de Sociologia Geral e do Direito, com a participação de 44 estudantes, estes de forma clara e direta compartilhavam suas angústias e perspectivas em relação ao curso e à disciplina. Dentre as maiores queixas relatadas, foi quase que unânime, as relacionadas à quantidade e qualidade dos textos passados em sala de aula. Além da dificuldade em ler, era nítida a preocupação deste em não conseguir compreender e escrever com desenvoltura as questões exigidas na prova.

Tal fato é relacionado com a falta de hábito pela leitura, não diferente do que acontece entre os tantos jovens brasileiros. De acordo com a pesquisa realizada pelo Ibope, em 2015, encomendada pelo Instituto Pró-livro, foi constatado que 44% da população brasileira não lê. É válido ressaltar que foi considerado leitor, aquele que nos últimos 3 meses, tenha lido pelo menos 1 livro inteiro ou em partes. Ainda nesta pesquisa identificou-se as atividades mais realizadas durante o tempo livre, a leitura ocupou o 10º lugar, ficando atrás dos aparelhos eletroeletrônicos e suas tecnologias, visto que 75% assiste TV, 47% usa a internet, 43% fica no whatsapp, e 40% no facebook.

Essa realidade brasileira é refletida dentro da sala de aula, causando sérios danos ao processo de aprendizagem, principalmente quando no curso de direito exige-se além das leituras de códigos e doutrinas, a capacidade interpretativa e coerente de adequação a uma realidade social.

O maior desafio sentido nos GEDS era conseguir auxiliar o aluno que não tem o hábito da leitura,

A falta de interesse de leitura leva a vários estudantes a procurarem soluções fáceis que o levem a aprovação. Uma delas é participação nos GEDS em busca dos pontos extras e atividades complementares. Durante estes 4 meses de GED's, ministrados 1 vez por semana geralmente, mas também acontecendo de forma extraordinária em épocas de provas, houve boa assiduidade, apesar da não existência do ponto extra, uma decisão tomada conjuntamente com a docente e os monitores, pelos motivos já discutidos anteriormente.

Diante dos desafios discutidos, fez-se mister um planejamento e desenvolvimento de metodologia da monitoria frente à realidade encontrada.

Para cada texto, trabalhado em sala de aula pelo docente, é realizada uma apresentação, com debates e tira-dúvidas durante os GED's sobre a temática abordada, já que muitos estudantes não se sentem à vontade de participar por timidez, diante do professor. Durante esta apresentação tenta-se sanar todas as dúvidas trazidas da sala de aula. Na tentativa de fazer o aluno sentir a necessidade da leitura, e realizá-la sem enfado, são elaborados questionários, com perguntas que visem respostas subjetivas,

e que dependam da interpretação do texto, ao invés de apenas transcrever partes do texto lido. Estes questionários são ainda discutidos em sala de aula, juntamente com outros alunos e o docente, que utiliza algumas perguntas nas provas aplicadas.

Além desta ação conjunta, há um acompanhamento permanente extra-GEDs, através da utilização do whatsapp, drive do google, no qual é disponibilizado os slides das apresentações, resumos e questionários e materiais que visem auxiliar na realização de seminários exigidos na disciplina. Esses recursos têm como finalidade além da comunicação ver esse gancho um acesso fácil, direto e democrático, para tirar dúvidas, visto que estas podem aparecer no momento da leitura do texto, assim como permite aos alunos que trabalham ou que de alguma forma sejam impossibilitados de participarem do grupo de estudo, também terem acesso ao recurso da monitoria. Esse método foi construído juntamente com os alunos que cursavam a disciplina, e que teve excelentes resultados, sendo construído um espaço de partilha de conhecimento bastante proveitoso tanto para o monitor como para os alunos participantes do processo.

No entanto, caberia a proposta de aperfeiçoar o sistema online da monitoria, na qual usamos as ferramentas disponíveis (whatsapp, drive google). A adequação da plataforma do Unifor Online, de forma que a monitoria estaria disposta assim como estão as disciplinas, e o aluno monitor teria acesso para adicionar documentos e vídeos, fazer fóruns de discussão, lista de presença, além de fazer avaliações sobre a monitoria, contribuindo para a realização de relatórios mais precisos e aperfeiçoamento do programa.

CONCLUSÃO

A experiência vivenciada na Monitoria da Disciplina de Sociologia Geral e do Direito, durante o semestre 2016.1, revelou desafios que foram objeto para o desenvolvimento de métodos de aprendizagem, partilhando conhecimentos de forma mútua, e assim atingindo a finalidade traçada no Programa de Monitoria, baseado na Lei Federal nº9394/96.

Convém salientar que a o trabalho de monitoria está para além do caráter de obtenção de um certificado. Pois é de relevante contribuição no ganho intelectual do Monitor, durante o processo de orientação dada aos alunos participantes do programa e, através da relação de troca de conhecimentos, entre professor orientador e aluno monitor.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Senado Federal, Lei Federal n. °9394 , de 20 de dezembro de 1996.

CANAU, V. M. F. A didática em questão e a formação de educadores-exaltação à negação: a busca da relevância. In: CANAU, V. M. F. (org.), A didática em questão. Petrópolis: Vozes,

1986, p. 12-22

FARIA, J. P. A monitoria como prática colaborativa na universidade. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003.

SCHNEIDER, M.S.P.S. Monitoria: instrumento para trabalhar com a diversidade de conhecimento em sala de aula. Revista Eletrônica Espaço Acadêmico, v. Mensal, p.65, 2006

CEARA. UNIFOR, Portaria FEQ nº 06/2013

SOBRE A ORGANIZADORA

RENATA LUCIANE POLSAQUE YOUNG BLOOD docente do Centro Universitários Santa Amélia Ltda (UniSecal) na Cidade de Ponta Grossa-PR. Coordenadora do Curso de Direito da UniSecal. Coordenadora de grupo de pesquisa da linha Justiça Restaurativa do Curso de Direito da UniSecal. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Especialista em Gestão Empresarial pelo Instituto Superior de Administração e Economia e Mercosul/Fundação Getúlio Vargas (ISAE/FGV). Mestre e doutoranda em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual em Ponta Grossa (UEPG). Facilitadora e Capacitadora da Metodologia da Justiça Restaurativa pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Advogada nas áreas cível e família, com experiência na aplicação das metodologias consensuais de resolução de conflito: Conciliação, Mediação e Justiça Restaurativa.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-263-0

